

Os Artigos de opinião de Michel Zaidan Filho no blog do *Brasil 247*: entre o passado histórico e o passado prático¹

Michel Zaidan Filho's opinion articles in Brasil 247's blog, between historical and practical past

Muriel Custodio dos Passos

Mestre em História

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

muriel.tempodeagora@gmail.com

Recebido: 17/08/2025

Aprovado: 03/01/2026

Resumo: Este trabalho examina cinco artigos de opinião publicados por Michel Zaidan Filho como colunista no blog do portal Brasil 247, com enfoque na atuação do historiador acadêmico na cena pública com a produção de textos que escapam dos modelos prescritos pela historiografia disciplinada. Para tal, utiliza-se a distinção de Hayden White entre *passado prático* e *passado histórico*, evidenciando como Zaidan (in)disciplinou e politizou a historiografia ao enfrentar seus protocolos regulatórios, como a separação entre passado e presente, epistemologia e ética, verdade imparcial e posicionamento político. As publicações de Zaidan selecionadas para esta análise abordam dois temas: o papel do acadêmico das ciências humanas e a questão da democracia brasileira. Dessa forma, demonstra-se que Zaidan articulou passado histórico e passado prático para dar respostas às preocupações ético-políticas que se colocam diante das incertezas e ameaças vividas pela democracia brasileira nos últimos anos. Dado o lugar de produção e circulação dos textos e seu regime historiográfico, há um predomínio do passado prático.

Palavras-chave: Passado Prático; Giro Ético-Político; História (In)Disciplinada.

Abstract: This work examines five opinion articles published by Michel Zaidan Filho as a columnist on Brasil 247's blog, focusing on the academic historian's engagement in the public sphere through the production of texts that deviate from the prescribed models of disciplined historiography. To do so, it employs Hayden White's distinction between practical past and historical past, highlighting how Zaidan (in)disciplined and politicized historiography by challenging its regulatory protocols, such as the separation between past and present, epistemology and ethics, impartial truth and political

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

positioning. Zaidan's selected publications for this analysis address two main themes: the role of the humanities scholar and the issue of Brazilian democracy. Thus, it demonstrates that Zaidan articulated historical past and practical past to respond to the ethical-political concerns posed by the uncertainties and threats experienced by Brazilian democracy in recent years. Considering the place of writing and circulation of these texts as well as their historiographical regime, the practical past tends to predominate.

Keywords: Practical Past; Ethical-Political Turn; (In)Disciplined History.

Giro ético-político, passado prático e a história (in)disciplinada

Em 1992, num cenário de afirmação do diferencial da História do Tempo Presente em relação ao restante da historiografia francesa, em que ainda predominava a *nouvelle histoire*, François Bédarida publicou um texto com enfoque em três questões: a verdade; a totalidade ou globalidade; e a ética.² Nesse sentido, a proposta de uma totalidade ou globalidade significa a defesa da elaboração de um problema de pesquisa, que deve ter um fundo teórico mais amplo e estar colocado de forma evidente no texto. Dever-se-ia pensar a contribuição para o campo da historiografia, então, como um exercício de autorreflexão em que se assume uma posição – sua subjetividade como pesquisador, portanto – e sua responsabilidade enquanto historiador e cidadão.

Mais recentemente, Valdei Lopes de Araujo e Marcelo de Mello Rangel têm atualizado essas reflexões, principalmente no que se refere à postura ético-política do historiador e a enunciação de seu lugar social. Segundo eles, como consequência do giro linguístico, haveria um giro ético-político na historiografia, o que significaria a ausência de enunciados privilegiados sobre os fenômenos históricos e a intervenção da historiografia no próprio mundo. Seriam as dimensões e funções éticas e políticas da historiografia, portanto, que justificariam sua existência no tempo presente (Araujo; Rangel, 2015; Rangel, 2019; 2023).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é examinar cinco artigos de opinião publicados por Michel Zaidan Filho em sua coluna no blog do portal Brasil 247, buscando compreender a atuação de um historiador para além da produção do que se considera uma historiografia acadêmica, disciplinada. Zaidan é um acadêmico marxista, atualmente aposentado pela Universidade Federal de Pernambuco

² A tradução para o português é posterior (Bédarida, 2006).

(UFPE). Ele concluiu sua graduação em Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) em 1974, o mestrado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1982 e o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP) em 1986. Durante esses cursos de pós-graduação, ele pesquisou a história do movimento operário brasileiro na Primeira República, mais especificamente o sindicalismo reformista e o Partido Comunista Brasileiro na década de 1920.

Para este ensaio, foram selecionadas duas publicações sobre disciplinas acadêmicas em que ele atuou – mais especificamente, a ciência política e a história³ – e três postagens que abordam dimensões históricas e temporais da democracia brasileira. Esses são apenas dois dentre os vários temas abordados pelo acadêmico, desde 2013,⁴ nos 389 artigos de opinião de sua autoria presentes no blog do Brasil 247, um portal de notícias e de crítica política de esquerda. O portal foi fundado em 2011 pela Editora 247 do jornalista investigativo Leonardo Attuch, sendo o primeiro sítio eletrônico criado especificamente para aplicativos de aparelhos móveis.

Para caracterizar a postura ético-política de Zaidan, utiliza-se a distinção entre *passado histórico* e *passado prático* elaboradas por Hayden White (2018) a partir de Michael Oakeshott.⁵ Evidencia-se, assim, como esses passados são articulados de modo a (in)disciplinar a historiografia e alcançar um público mais amplo. Os textos de Zaidan analisados aqui teriam sua produção e circulação vinculada a um regime historiográfico outro que o da historiografia disciplinada, profissional e acadêmica. A escritura e a leitura desses textos estariam articuladas a outro lugar social e, portanto, outros protocolos regulatórios, estes vinculados ao debate público e político nos meios digitais.

Tomando como ponto de partida uma citação em que Michel de Certeau afirmava a alteridade da ficção frente à história, White (2018) argumentou que a constituição da história como disciplina acadêmica se deu a partir de sua separação, no início do século XIX, em relação à retórica e das *belles lettres*.⁶ Dessa forma, a disciplina passou a exigir um estudo do passado em si, motivado pela busca da verdade factual, “sem qualquer inclinação para tirar lições de seu estudo e importá-las para o presente

³ Além de ter atuado nos Programas de Pós-Graduação em História e Ciência Política, ele trabalhou no Programa de Pós-Graduação em Direito segundo seu memorial acadêmico (Zaidan, 2015b, p. 21-25, 30).

⁴ Outros exemplos são a situação palestina, a política em Recife, em Pernambuco e no Brasil e reflexões filosóficas – principalmente a partir de Nietzsche; Walter Benjamin e outros frankfurtianos; Foucault e outros pós-estruturalistas.

⁵ Publicado originalmente em inglês no ano de 2010. A distinção é elaborada de forma mais aprofundada no livro *The practical past* (2014).

⁶ Ramalho, Ramires e Ferraz (2018), em sua análise da categoria “passado prático” de White, apontam para um distanciamento entre epistemologia e ética correlato àquele fabricado pela história em relação à literatura.

a fim de justificar ações e programas para o futuro” (White, 2018, p. 15). Com isso, a historiografia disciplinou e domesticou a imaginação histórica e o tempo, estabelecendo limites evidentes entre tempo presente e tempos ausentes – passado e futuro (Ávila, 2018, p. 37, 46; 2021; Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 108).⁷

Antes de dar seguimento à distinção de White entre passado histórico e passado prático, cabe fazer algumas ressalvas para nuançar o argumento aqui desenvolvido. Apesar de se verificar uma ênfase na pesquisa em detrimento da retórica nas reflexões de historiadores como Leopold von Ranke,⁸ é preciso reconhecer que a historiografia europeia do século XIX foi marcada por disputas quanto à importância (ou não) da imparcialidade e da objetividade. Grosso modo, enquanto a primeira estaria relacionada à posição do historiador nos conflitos sociais de seu tempo ou em relação aos conflitos históricos pesquisados, a segunda estaria associada à crítica histórica das fontes, ao estudo metódico do passado e à pretensão de cientificidade da historiografia. Nesse sentido, Heinrich von Sybel, Georg Gervinus e Heinrich von Treitschke recusavam a imparcialidade mesmo sendo adeptos da objetividade. Friedrich Nietzsche, por sua vez, criticava o anseio por objetividade histórica, a qual passava a ser prescrita nos seminários de pesquisa que surgiam nas instituições de ensino acadêmico alemãs, os quais foram responsáveis pela disciplinarização dos campos de saber (Daston, 2017, p. 127-135, 140).

A noção de *passado prático* elaborada por Hayden White, par dialético do *passado histórico*, deriva da questão prática ou ética a respeito do que fazer ou de como agir. Segundo White (2018, p. 13), o passado prático seria reprimido e proscrito pela historiografia acadêmica disciplinada, retornando como seu Outro no romance histórico como tentativa de examinar o mundo social do presente como história. Estabelecido em função das demandas sociais do tempo presente, os passados práticos forneceriam lições que justificariam ações nesse tempo vivido. Embora o uso do par conceitual por Hayden White tenha sido feito no contexto de uma defesa pela reaproximação entre história e literatura

⁷ Para uma problematização das políticas do tempo envolvidas na distinção ontológica entre tempo presente e tempos ausentes, recomendo o artigo de Ramalho (2023).

⁸ Jörn Rüsen (1990, p. 193-195, 199, 201-202) argumentou que a estética da historiografia seria o resíduo da retórica deixado pelo giro antirretórico empreendido por Ranke. Desse modo, a estética atuaria como o elemento responsável pela mediação entre ciência e arte em sua historiografia. Esse elemento estético seria uma filosofia da história mantida como contemplação pré-conceitual, a qual possibilitaria a orientação temporal da vida prática do público do historiador, liberando-o do fardo da história que constitui a sua subjetividade.

(Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 106, 111, 114, 116-117, 123, 125-126), considera-se que essas categorias são pertinentes para analisar os artigos de opinião de Michel Zaidan Filho publicados no blog do portal Brasil 247.

O uso do termo *(in)disciplina* para se referir à historiografia apresenta múltiplas acepções no Brasil, estando alguns desses usos fundamentados na distinção de White entre passado histórico e passado prático. Arthur Lima de Ávila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin definem a *(in)disciplina* como uma forma de desnaturalizar, desfetichizar, historicizar, questionar e enfrentar princípios, protocolos e tradições regulatórios e disciplinares da historiografia (Ávila, Nicolazzi, Turin, 2019, p. 12-14; Ávila, 2019, p. 26-27, 35-39, 45). Ávila (2018; 2021) e Turin (2018), especificamente, propõem o uso do passado prático como recurso para a historiografia diante da crise vivida pela sua forma disciplinar. Lidiane Soares Rodrigues, Maria Inés Mudrovcic e Alexandre de Sá Avelar, por sua vez, empregam o termo *(in)disciplina* para lembrar o paradoxo da interdisciplinaridade, ou seja, a tensão entre disciplinarização e interdisciplinaridade. Por um lado, esta última pressupõe a primeira; por outro, há uma tendência a disciplinar a interdisciplinaridade, regulando as trocas e intercâmbios entre os campos sedimentados do conhecimento (Rodrigues, 2019, p. 76-78, 80; Rodrigues, Mudrovcic, Avelar, 2021, p. 26-28). Neste trabalho, emprego o termo *(in)disciplina* para me referir à articulação entre passado histórico e passado prático, bem como ao consequente embaralhamento entre passado e presente, epistemologia e preocupação ética. Uma historiografia *(in)disciplinada* seria aquela em que o passado assume uma qualidade explicitamente ético-política.

O presente trabalho se inspira ainda no artigo de Fernando Nicolazzi (2018), em que ele compara a atuação de Leandro Karnal, um historiador acadêmico brasileiro, em dois lugares sociais distintos: uma aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e uma palestra para consultores da empresa Hinode. Essa comparação foi feita por Nicolazzi (2018) para refletir sobre a circulação e recepção do saber histórico para além de sua produção. Nesse sentido, ele buscou compreender os aspectos éticos e políticos, além dos epistemológicos, envolvidos na relação dos historiadores com seus públicos, cujas demandas e expectativas pesam sobre a disciplina e seus profissionais. Em suas palavras,

é possível considerar a dimensão da ética profissional na historiografia como uma qualidade performativa que articula os historiadores e historiadoras com suas audiências, constituindo seu modo de atuação e intervenção no espaço público e, por

isso mesmo, assumindo uma dimensão eminentemente política (Nicolazzi, 2018, p. 28).

Ele distingue pelo menos três regimes historiográficos em nossa sociedade, “que podem dialogar entre si, mas que não obedecem necessariamente aos mesmos pressupostos teóricos nem aos mesmos protocolos práticos”: “um regime historiográfico acadêmico, um regime historiográfico escolar e um regime historiográfico de circulação ampla que se poderia aqui definir a partir do campo estabelecido pela História Pública”. Segundo ele, em cada um desses regimes a história teria “regras e protocolos distintos” e próprios para sua escrita, narração, difusão e recepção (Nicolazzi, 2019, p. 211-212).

Argumento, portanto, que, nas publicações de seus artigos de opinião no blog do Brasil 247, Michel Zaidan Filho (in)disciplina a história ao enfrentar seus protocolos regulatórios. Esse enfrentamento se dá ao borrar as fronteiras da história com a política, com vistas a alcançar um público mais amplo, examinando o mundo social do presente e nele intervindo. O predomínio do passado prático em seus textos pode ser relacionado ao seu lugar de circulação e ao regime historiográfico ao qual pertencem: o blog do portal Brasil 247 e a história pública, respectivamente.

O papel do cientista político e do historiador das classes oprimidas: crítica e desnaturalização da realidade social

No cenário político das eleições, mais especificamente no dia 8 de outubro, Zaidan (2014) fez uma publicação intitulada “Qual é o papel dos cientistas políticos?”, cuja chamada era a seguinte: “Por que não admitir a fragilidade do sistema partidário brasileiro? Por que não dizer que muitos desses partidos são de aluguel, de quem dá mais, ou de quem tem algo a oferecer?”.⁹ Inicialmente, ele abordou a justificativa dos institutos de estudos eleitorais a respeito da diferença entre os resultados das pesquisas e das urnas. Na sequência, passou a criticar os cientistas políticos que se limitam a atestar o desfecho das eleições como algo inevitável.

O papel da Ciência Social não é defender ou justificar “o status quo”, por mais lucrativo e prestigioso que seja essa atividade de comentarista político-esportivo, dizendo o óbvio, descrevendo a realidade, a título de análise ou estudo. O papel da Ciência é desmistificar a aparência das coisas e atingir a essência da realidade. E só se

⁹ A publicação foi atualizada no dia 26 de março de 2020.

faz isso, sem o compromisso de agradar ou atender acertados interesses predominantes na sociedade. O cientista político não busca respeitabilidade e aceitação social (com tudo o que isso significa). Busca entender as contradições da sociedade e procurar ajudar a solucioná-las com suas teorias e métodos (Zaidan, 2014).

O acadêmico marxista defendia, assim, que as ciências humanas têm um caráter explicativo, para além do descritivo. Nesse sentido, os acadêmicos teriam um dever ético-político de desnaturalizar os sentidos atribuídos ao mundo social com uma postura crítica. Além disso, em sua perspectiva, as ciências humanas não deveriam estar submetidas aos interesses do capital, mas responder às demandas sociais do seu tempo. Essa crítica ao alinhamento “lucrativo e prestigioso” de alguns cientistas ao mercado está relacionada à posição marxista que entende o lucro como mais-valia, ou seja, como exploração de classe do trabalho humano.

Em sua concepção, os acadêmicos das humanidades deveriam atentar-se à história dos oprimidos. É isso que Zaidan (2021) defendeu em um artigo de opinião mais recente, publicado em 9 de novembro com o título “Censores omissos da historiografia dos oprimidos”.¹⁰ A postagem foi escrita como resposta a uma leitora do blog. Segundo Zaidan, ela teria reprovado historiadores cujo enfoque é uma história dos oprimidos escrita numa perspectiva benjaminiana. A leitora teria feito essa crítica por considerar a abordagem demagógica, fruto de uma moda. Na perspectiva dela, esses historiadores nunca teriam convivido com as classes oprimidas. Assim, Zaidan entendeu que essa censura seria, na realidade, direcionada “aos chamados revolucionários de gabinete ou de salão”. Ele interrogava, então, se a leitora já teria frequentado espaços e atividades de movimentos sociais e sindicais como assembleias e panfletagens, ou mesmo se foi presa por fazer greves, ao que responde: “Certamente que não” (Zaidan, 2021).

Essa listagem não é ocasional, já que o acadêmico foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por algum período não especificado entre seu ingresso, em 1980, no mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o ano de 1984, quando estava na metade de seu doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Anteriormente, ele havia sido expulso da universidade e preso por participar de uma greve na Universidade de Brasília (UnB) em 1977, quando cursava um mestrado em História nessa instituição, o qual não foi concluído (Zaidan,

¹⁰ No dia 23 de maio de 2022, a postagem foi atualizada.

2015b, p. 11). Com a suposição de que a leitora não teria uma trajetória na militância política e social, ele buscava se legitimar enquanto um historiador das classes oprimidas, deixando implícito seu engajamento com essas lutas.

Sua resposta às críticas da leitora é a seguinte:

todo esforço de resgate do passado, de um certo passado, se faz a partir de uma ordem de luta, não de celebração. Isto porque o passado não está morto e clama pela sua salvação através desse resgate do historiador. Se não formos fiéis a essa memória de luta, estamos traindo pela undécima vez as esperanças das gerações silenciadas ao longo da história.

Como dizia o escritor espanhol Jorge Semprún: todo esquecimento é uma forma de reificação. Lembrar, relembrar, escrever ou reescrever é um ato de libertação.

Viva a história dos oprimidos. Daqueles que nunca tiveram direito à história (Zaidan, 2021).

Nesse trecho, o intelectual marxista parafraseia o segundo e o sexto aforismos benjaminianos sobre a História para afirmar o compromisso ético-político dos historiadores com a memória das classes oprimidas no tempo presente. Enquanto a segunda tese aborda o encontro com a geração presente esperado pelas gerações passadas, a sexta trata da capacidade do historiador materialista de despertar no passado a centelha da esperança para salvar os mortos diante do inimigo (Löwy, 2005, p. 48-53; 65-69). Em seguida, menciona e parafraseia Jorge Semprún para afirmar a necessidade da escrita e da memória como atos de libertação.¹¹ Nesses artigos de opinião sobre a ciência política e a historiografia, ele (in)disciplinava esses campos do saber, afirmando seu compromisso ético-político com as questões sociais do tempo presente. No caso da historiografia, fica evidente que sua proposta era uma articulação entre passado histórico e passado prático.

No início dos anos 1990, Zaidan já defendia uma concepção de história semelhante:

Onde não há mais vida, ou uma forma de interpelação qualquer ao presente, não há História, passado histórico. Tudo que interessa aos homens é solidário com o seu destino. Dessa forma, até o passado só tem sentido através da interpelação que lhe faz o presente. A História é vida ou não é História.

[...]

Não existe História e historiador sem paixão. Pelo menos, História humana. Na busca do objeto histórico, quem está em questão é o próprio historiador, seus sentimentos, valores, angústias e expectativas. [...] A História serve, antes de tudo, a

¹¹ A referência a Semprún é significativa, na medida em que ele foi um ex-militante do Partido Comunista da Espanha que teceu, em suas obras autobiográficas, diversas críticas ao estalinismo do partido após sua expulsão em 1965 (Marujo, 2019).

nós mesmos, ao responder às nossas indagações. Só depois, aos outros (Zaidan Filho, 1993, p. 28).

Nesse excerto de *A História como Paixão*, Zaidan apontava uma articulação entre o passado e o tempo presente, caracterizando-o pela sua vivacidade. Nesse sentido, a historiografia seria uma operação autorreflexiva, em que os historiadores confrontar-se-iam com “seus sentimentos, valores, angústias e expectativas”. O sentido do passado seria determinado pelas indagações colocadas pelos sujeitos no tempo presente, fornecendo orientação para sua vida prática.

Em uma coletânea mais recente, *Reflexões sobre a História*, ele voltou a defender a vivacidade do passado e da historiografia:

A história é vida e não um cadáver embalsamado para contemplação de eruditos. A história é o domínio dos possíveis, da virtualidade, daquilo que ainda não é, mas pode vir a ser. É essa a concepção de História que precisamos. Não a história antiquária, ou a da erudição balofa e vazia. Não a história como racionalização da epopeia do vencedor. A história que está viva é a história das nossas utopias, dos nossos sonhos, dos projetos de alteridade social (Zaidan Filho, 2017, p. 53).

Em sua concepção, o compromisso ético-político da historiografia referir-se-ia não somente ao passado e ao presente, mas também ao futuro. Os historiadores teriam como responsabilidade a atualização de futuros-passados que, soterrados pelo processo histórico, não foram realizados soterrados, mas que permanecem como virtualidades: aquilo que Rogério Rosa Rodrigues (2024, p. 11), em diálogo com Gilles Deleuze, definiu como *contraefetuação do presente*. Desse modo, a (in)disciplina de Zaidan no que toca à historiografia não se limitava à articulação entre passado histórico e passado prático, na medida em que esfumava a distinção entre passado, presente e futuro.

Na seção a seguir, analiso essa articulação em três artigos de opinião, publicados por Zaidan na mesma coluna no blog do portal Brasil 247. Nesses textos, Zaidan recorria à história para explicar a situação da democracia brasileira no tempo vivido por ele. Sua explicação estava de acordo com a (in)disciplina que ele prescrevia como papel do cientista político e do historiador.

Um passado prático para a democracia brasileira

No dia 23 de julho de 2015, no ano seguinte ao pleito eleitoral de 2014 e primeiro ano do segundo mandato da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), Zaidan (2015c) publicou um artigo de opinião intitulado “Sobre a crise econômica e política do

governo Dilma”.¹² O texto se baseia em uma análise feita dois dias antes – no dia 21 de julho – por Atenágoras Oliveira Duarte, professor atuante no Núcleo de Gestão do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE.¹³ A participação de Duarte no seminário “Governo Dilma – uma avaliação” foi um convite do Núcleo de Estudos Eleitorais, Partidários e da Democracia (NEEPD), o qual era coordenado por Zaidan.¹⁴

A proposta do evento era avaliar a continuidade ou ruptura da política econômica implementada pelo governo Dilma em relação àquela dos mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Zaidan (2015c) atribuía a Atenágoras Duarte a demonstração dessa continuidade “através do tripé: juros altos, superávit primário alto e metas de inflação, além do câmbio flutuante”. Além de uma breve menção a essa suposta continuidade num período de duas décadas (1995-2015), não há qualquer recurso à diacronia, debate historiográfico ou análise de fontes primárias. Desse modo, entendo que Zaidan, ao borrar as fronteiras entre passado e presente e estabelecer uma continuidade entre esses tempos, privilegiou o passado prático de modo a sanar as carências de sentido para sua vida prática no tempo então vivido. Fica evidente que, na coordenação do NEEPD, Zaidan atuou na organização de eventos que (in)disciplinavam a atividade acadêmica, politizando-a ao fraturar suas fronteiras com a intervenção social.

Para dar sentido à situação econômica do país, o acadêmico marxista empregou o conceito de *crise*:

A crise brasileira foi uma crise anunciada. Ela estava prevista para acontecer, quando as virtualidades do “neo-desenvolvimentismo” tivessem se esgotado. Como se esgotaram e deixaram de herança o déficit das contas públicas e a necessidade, para uns, de uma volta ao fundamentalismo fiscal, com perda de direitos, aumento da carga tributária, escassez de crédito, crescimento negativo, desvalorização do real etc. O que complicou a equação econômica do governo Dilma foi a crise política, alimentada pelos processos da operação “lava-a-jato”, que atingiu 10% do Congresso, incluindo seus dois principais dirigentes.

¹² A última atualização do texto foi feita em 4 de julho de 2018.

¹³ Graduou-se em Engenharia Elétrica na UFPE e cursou mestrado e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2001 e 2008 respectivamente. Realiza pesquisas em História Econômica, Economia Política e áreas afins (Duarte, 2024).

¹⁴ Não foi possível identificar se o NEEPD encerrou suas atividades ou segue atuando. As últimas notícias referentes à sua operação encontradas em buscas online são de 2023, tanto no sítio eletrônico da UFPE quanto na página do núcleo no *Facebook*.

Um problema que já era crônico, de obtenção de uma maioria estável no Parlamento, tornou-se uma guerra declarada de alguns partidos (incluindo parte da base aliada) contra o Poder Executivo. E ainda há acusação de politização da Polícia Federal e do Poder Judiciário.

Era só o que faltava, para engrossar o caldo da fervura política: crise econômica e crise de governabilidade. E um ambiente golpista disseminado entre os formadores de opinião (Zaidan, 2015c).

Esse conceito (*crise*) costuma descrever situações que exigem a identificação do momento oportuno ou adequado (*kairós*) para uma ação ou resolução imediata, definitiva e irrevogável entre alternativas extremas como sucesso ou fracasso, vida ou morte, salvação ou perdição (Koselleck, 2020, p. 214-215; Ramalho, 2021a; 2021b; 2022). Nesse contexto, esse conceito se refere ao acúmulo de capital e remete à estrutura iterativa do sistema capitalista (Koselleck, 2020, p. 218, 221-223), o qual se caracteriza por períodos cíclicos e, portanto, repetitivos de recessão econômica.

Além do esgotamento do modelo econômico desenvolvimentista, haveria nessa conjuntura o agravante de uma instabilidade do sistema político, marcada pela operação lava-jato, pelos conflitos declarados de alguns partidos, inclusive da base, contra o governo, pela politização da Polícia Federal e do Poder Judiciário e pelo golpismo das empresas de mídia.

Além disso, esse sentido de *crise* como um fenômeno econômico cíclico inerente ao modo de produção capitalista possibilitaria a produção de prognósticos, fraturando os limites entre presente e futuro. É essa experiência temporal que possibilitou a compreensão de que a situação econômica brasileira “foi uma crise anunciada” e “estava prevista para acontecer” (Zaidan, 2015c). Neste ponto, cabe apontar os laços existentes entre a proposta de Zaidan e a historiografia moderna, já que sua análise pressupunha a existência de um sentido teleológico para a história como transcurso temporal, o que asseguraria a previsibilidade das crises.

Em 24 de setembro, Zaidan (2015a) publicou um texto intitulado “A conjuntura política, hoje, no Brasil”, que teria origem em uma aula inaugural ministrada no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).¹⁵ Zaidan iniciou sua análise de conjuntura da seguinte forma:

Os meus leitores pedem que se faça uma análise de conjuntura no Brasil, hoje. Pois bem: a primeira coisa é definir o que é uma “conjuntura”. Conjuntura é uma

¹⁵ O texto foi atualizado em 2 de julho de 2018.

atualização da estrutura. Ou seja, o momento atual da estrutura, como a estrutura se apresenta num dado momento. A conjuntura não tem autonomia absoluta em relação à estrutura, que continua sendo determinante para se entender a lógica dos acontecimentos políticos e econômicos. A margem de manobra dos atores, na esfera da conjuntura, é relativa. Ou seja, ela é determinada pelas limitações da estrutura. Achar que essa margem é ilimitada e que os atores podem fazer o quiser é incorrer numa espécie de voluntarismo e suas consequências práticas no campo social e político (Zaidan, 2015a).

Ele justificava sua exposição como resposta ao pedido de seus leitores, ou seja, a uma demanda social. Zaidan (2015a) inicia com uma definição de *conjuntura* como “atualização da estrutura [...] num dado momento”. A primeira seria determinada por esta última, não tendo, portanto, “autonomia absoluta” em relação a ela. Nesse sentido, a agência dos atores sociais e políticos seria limitada. A definição de conjuntura adotada aqui é um cruzamento do modelo da longa duração de Braudel (1965) com o conceito benjaminiano de atualização, o qual teria uma inspiração nietzschiana, segundo Zaidan Filho (2016, p. 34). Destaca-se ainda que nessa abordagem ressoam as críticas que Zaidan Filho (1989) já havia feito à *nouvelle histoire*, geração de historiadores que sucederam Braudel à frente dos *Annales*. Em *A Crise da Razão Histórica*, Zaidan Filho (1989, p. 16) denunciava:

A “Pós-modernidade” rejeita decididamente a predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, pela busca do sentido da História. Desse modo, o processo histórico passa a ser o domínio da indeterminação, do sujeito constituinte, da criação absoluta.¹⁶

Como resposta à crise epistemológica e ético-política da historiografia por ele diagnosticada, ele prescreveu uma leitura racionalista de Walter Benjamin, por um lado, e um retorno crítico à obra marxiana, por outro. Em concordância com Marx, Zaidan Filho (1989, p. 82) havia defendido que “os homens se distinguem dos animais por criarem seus meios de vida (e assim fazem história), mas têm de subordinar esta criação a pressupostos empírico-materiais pré-existentes a eles, ainda que seja para modificá-los posteriormente”. Embora defenda uma história das classes oprimidas e o despertar de suas esperanças não realizadas, percebe-se que o historiador marxista deu pouco espaço em suas

¹⁶ Em outro ensaio presente nessa coletânea, Zaidan Filho (1989, p. 23-25) identificou Michel Foucault, Walter Benjamin e a *nouvelle histoire* como matrizes epistemológicas do que chamou de historiografia pós-moderna. Suas ressalvas a essas referências constituíam uma forma de disciplinar a interdisciplinaridade. Para Zaidan, o diálogo da historiografia com a antropologia, a literatura, o cinema e a filosofia eram possíveis, desde que fundamentados em explicações socioeconômicas de escala macro. Ainda assim, Zaidan Filho (1989, p. 77-84) também apresentava ressalvas quanto ao determinismo característico do materialismo dialético marxista.

narrativas à agência desses sujeitos. Suas análises privilegiavam lideranças políticas como sindicalistas, líderes partidários e governantes.

Em sua análise da democracia brasileira, ele aplicou, então, a diferenciação e correlação entre conjuntura e estrutura ao regime presidencialista:

Como atualização da estrutura, a conjuntura apresenta sempre algo novo, diferente. Isto porque a correlação de forças e interesses no tabuleiro político varia. Quando a política de alianças sofre uma mudança, a sociedade experimenta uma sensação de turbulência, de insegurança ou crise. As conjunturas são determinadas, em primeira instância, pelas alianças políticas em jogo. No regime presidencialista a mudança, a variação dessas alianças tem um impacto imediato sobre as instituições políticas, que não gozam de nenhum sistema amortecedor ou para-choques, como no regime parlamentarista (Zaidan, 2015a).

Apesar de a conjuntura e a agência dos sujeitos serem determinadas pela estrutura, o marxista caracteriza a primeira pela presença de algo novo. Isso diferenciá-la-ia das conjunturas anteriores como manifestações passadas da estrutura. Essas diferenças estariam relacionadas à correlação de forças em um dado momento, ou seja, “pelas alianças políticas em jogo” (Zaidan, 2015a). Isso teria consequências peculiares para o regime presidencialista, em que as instituições políticas seriam imediatamente impactadas pela mudança na configuração da política de alianças. Dessa forma, o acadêmico buscou definir teórico-metodologicamente a relação entre os tempos da história e da política.

Na sequência, o marxista descreve o cenário político então vivido a partir da relação entre os partidos brasileiros no presidencialismo de coalizão, articulada à política econômica implementada nos mandatos da então presidenta Dilma Rousseff e esta, encadeada ao cenário econômico internacional. Segundo Zaidan (2015a), haveria “um círculo vicioso entre a crise política e a crise econômica” em que ambas se retroalimentariam. A primeira seria caracterizada pela “desagregação da base de apoio ao governo”, enquanto a segunda estaria associada às dúvidas dos “agentes econômicos sobre a capacidade do governo honrar compromissos e pagar dívidas”.

Nesse cenário, haveria três posições principais: a base do governo reivindicaria a continuidade das políticas anticíclicas de estímulo à economia nacional, enquanto os não apoiadores dividir-se-iam entre aqueles que chantageavam o governo pela realização de seus interesses e os setores golpistas que ansiavam pela renúncia ou afastamento ou impedimento da então presidenta, embora não houvesse unidade no interior deste último grupo. A cena política então vivida seria marcada ainda pela judicialização da política e pela divisão dos movimentos sociais entre grupos “filofascistas” e grupos

apoiadores do governo, embora críticos à política econômica adotada. Na análise de Zaidan, foram esquecidos ou silenciados os setores da esquerda revolucionária que não apoiavam o governo, reivindicando mudanças políticas e econômicas mais profundas. Nesse sentido, as posições assumidas pelas classes oprimidas foram reduzidas à posição de apoio crítico ao governo assumida pelo próprio Zaidan.

A conclusão de seu texto apontava para uma abertura temporal, na medida em que ainda não seria possível vislumbrar uma saída definida para a crise política e econômica vivida no país:

Diferentemente das crises econômicas que são cíclicas: têm começo, meio e fim, a crise política depende do florescimento de um novo grupo, uma nova hegemonia para passar. A sensação que se tem é que há um esgotamento de um ciclo econômico e um ciclo político no Brasil. Mas ainda não apareceram indícios da emergência ou formação de um novo ciclo (Zaidan Filho, 2015a).

Essa interpretação do marxista brasileiro ressoava a célebre frase de Antonio Gramsci (2017, §34 do Caderno 3), segundo o qual a crise consistiria “justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. Além disso, há um deslocamento do paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) para a produção de prognósticos, embora o acadêmico brasileiro ainda não fosse capaz de identificar os indícios da emergência de um novo grupo hegemônico. Uma vez mais, é possível vislumbrar laços com a historiografia moderna e seu sentido teleológico para a passagem temporal. Embora a possibilidade de reconhecer o futuro em indícios presentes não fosse negada de modo geral, Zaidan não se considerava capaz de identificar esses sinais naquele momento. Embora ele tenha elaborado uma reflexão teórico-metodológica sobre a relação entre os tempos da história e da política (estrutura e conjuntura, respectivamente), a ênfase de sua análise era a conjuntura no tempo por ele vivido, dando quase nenhuma atenção aos elementos estruturais da história brasileira.

Por fim, analisa-se o artigo de opinião “A democracia no Brasil”, publicado sete anos depois, em 7 de setembro de 2022,¹⁷ num momento posterior à declaração do fim da emergência sanitária relativa à covid-19 e de aproximação das eleições das esferas estadual e federal. Na chamada do artigo, Zaidan (2022) afirma que desde “a famosa frase de Sérgio Buarque de Holanda, a questão da

¹⁷ A última atualização da postagem foi feita no dia 3 de maio de 2023.

democracia no Brasil tornou-se uma controvérsia sem fim”, sem, contudo, trazer a citação ou uma paráfrase no texto.

A base de seu argumento é um breve relato histórico da democracia brasileira em uma perspectiva assumidamente gramsciana:

País de capitalismo tardio, hipertardio, para uns, a questão democrática entre nós está atrelada à chamada “via prussiana” e ao costumeiro acordo com as elites na hora das decisivas transições políticas no país. O chamado transformismo ou a revolução sem revolução, de que falava Gramsci referindo-se à Itália. A isso some-se o caráter gelatinoso da sociedade civil brasileira e ao tipo de lumpen-cidadania que aqui se estabeleceu, que para José Murilo, trata-se mais de uma estadia que de uma cidadania. Como se diz, no Brasil, o Estado é tudo, a sociedade civil é nada. O nosso primeiro projeto de cidadania foi trazido pelo regime corporativista de Vargas – a cidadania regulada, colada ao pertencimento ao mundo do trabalho. A relativa democracia que viveu entre 45 e 64, conservou o entulho autoritário de Vargas, no que diz respeito ao mundo do trabalho. A redemocratização pós-64 foi um ensaio para uma sociedade de massas de conteúdo democrático. Parecia que caminhávamos rumo à ocidentalização. Veio a Nova República e os fantasmas da velha política voltaram a dominar a cena, num acordo de parte das esquerdas e direção dos liberais. Terreno preparado para o advento do Messias, Fernando Collor de Mello, embalado no imaginário popular de Anjo vingador. O governo colorido não prosperou, mas sua agenda neoliberal, sim. Plenamente atualizada por Fernando Henrique Cardoso, apoiado no tripé privatização-desregulamentação-abertura da economia brasileira. A chamada reforma gerencial do aparelho de Estado aprofundou a divisão das classes sociais, com o desemprego e a assistencialização das políticas sociais com a ajuda do terceiro setor (Zaidan, 2022).

Esse breve relato da pouca participação popular na cidadania brasileira entre o regime varguista e o fim do governo FHC (1930-2002) articulava o passado histórico e o passado prático. Seu caráter histórico figurava na narrativa por meio da referência (ainda que implícita) à obra historiográfica de José Murilo de Carvalho, enquanto sua dimensão prática se evidencia na medida em que servia de recurso para a compreensão do presente. É possível que o protagonismo das elites nas transições políticas descrito, o qual pode ser entendido como um aspecto estrutural, remeta implicitamente a eventos anteriores da história brasileira, como a Independência e a Proclamação da República. Uma vez mais, as classes oprimidas têm sua agência reduzida na narrativa construída pelo historiador marxista, ao contrário das lideranças políticas e das elites econômicas.

Diferentemente do que foi colocado na publicação de julho de 2015, examinada anteriormente, os governos petistas seriam uma exceção na história política e econômica do Brasil:

Tivemos então o interregno do governo petista que produziu um verdadeiro alívio no mundo da miséria brasileira, com políticas de transferência de renda e políticas de ação afirmativa. A crise subprime de 2008 corroe todo efeito distributivista do governo da Dilma, que junto com a crise fiscal ajudou a vinda do golpe parlamentar de 2016. Escancarou-se a porta para o ultraliberalismo, o governo de terra arrasada e a necropolítica. Assistiu-se a um dos maiores retrocessos da história do país. E o espectro do golpe, num país destruído, passou a rondar as instituições. O que fazer quando o individualismo religioso das igrejas neopentecostais se une a militares golpistas e a uma classe média amedrontada com o risco da proletarianização? (Zaidan, 2022).

Os problemas decorrentes dos efeitos da crise econômica internacional de 2008 no governo Dilma e do golpe parlamentar foram compreendidos como “retrocessos” históricos, o que pressupunha um sentido teleológico para o transcorrer do tempo. Ao final da análise de conjuntura, Zaidan colocava explicitamente a questão ética: o que fazer diante desse cenário?

Em suas palavras, a democracia estaria em perigo

porque nunca se consolidou totalmente no país. A crise de representação, judicialização da política e um poder executivo refém do fisiologismo do Congresso Nacional. Há uma polarização política e uma constante ameaça às regras do jogo. Aos poucos, a sociedade civil vem se manifestando a favor da democracia. Mas há também uma direita fascista organizada que não hesita em realizar atos de violência e intimidação. Vivemos um momento crucial que urge a defesa destemida da democracia. É hora da virtude cívica dos republicanos se fazer presente para a defesa de um Estado laico e democrático (Zaidan, 2022).

Sua resposta para essa questão ética, portanto, foi a defesa destemida do Estado laico e democrático. É evidente o sentido de urgência temporal diante dos dilemas enfrentados então pela democracia brasileira frente às ameaças da extrema direita. Apesar do recurso ao passado histórico produzido pela obra de José Murilo de Carvalho no início do artigo de opinião Zaidan, há uma ênfase no passado prático. A história de mais de um século de republicanismo no Brasil era evocada como fardo, como subsídio para a inteligibilidade das restrições impostas à ação dos sujeitos no tempo presente. Reciprocamente, o passado assumia seu sentido retrospectivamente, a partir dos problemas enfrentados pelos sujeitos do presente.

Considerações finais

Com este trabalho, demonstra-se a intervenção de Michel Zaidan Filho na cena pública, articulando passado histórico e, principalmente, passado prático de modo a (in)disciplinar a

historiografia, enfrentando seus protocolos regulatórios, mais especificamente a tradição ocidental oitocentista de separação estanque entre passado e presente, epistemologia e ética, verdade imparcial e posicionamento político. O acadêmico marxista defendeu, então, uma postura ético-política de desnaturalização e crítica da realidade social, de comprometimento com a história das classes oprimidas e de intervenção na cena pública como resposta às demandas sociais do tempo presente por ele vivido. Essa atuação está relacionada à própria trajetória intelectual e política de Zaidan, cuja militância política remonta à década de 1970 e as pesquisas sobre a história política e sindical remonta à sua formação a nível de mestrado e doutorado na década de 1980.

O privilégio do passado prático nos artigos de opinião de Zaidan também pode ser relacionado ao regime historiográfico articulado ao lugar de produção e circulação desses textos: o blog de Zaidan no portal Brasil 247 – um sítio eletrônico destinado à crítica política de esquerda. Diversamente do regime da historiografia disciplinada, acadêmica e profissional, nesse lugar ocupado por Zaidan não há exigência de arrolamento e análise de fontes primárias, de evidenciação da postura teórico-metodológica assumida na análise ou de demonstração do conhecimento quanto ao debate historiográfico existente. Não se trata de produzir uma monografia para comprovar uma hipótese, mas de assumir uma posição e intervir no debate público.

Nos artigos de opinião examinados aqui, Zaidan utilizou politicamente a história da democracia brasileira em dois momentos distintos: a incerteza do segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff e a expectativa de um fim para o mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Com isso, ele buscou sanar as carências de sentido para a vida prática dos sujeitos, ou seja, dar respostas à questão ética quanto ao que fazer diante do tempo vivido, politizando o passado. Nessas operações, Zaidan identificou a pouca participação popular como um aspecto estrutural da história política brasileira, a qual seria marcada pelo protagonismo das elites. O papel desempenhado pelos governos petistas nessa história variou entre suas postagens. Em 2022, o acadêmico os situou como uma exceção na história de exclusão popular da cidadania brasileira. Em julho de 2015, entretanto, ele havia estabelecido uma continuidade entre a política econômica de FHC e dos presidentes petistas. Embora ele tenha caracterizado ambas as conjunturas por uma crise política ou de representação, a primeira análise apresentava uma indeterminação quanto ao futuro, enquanto a mais recente tinha um tom de urgência diante de evidentes ameaças empreendidas pela extrema direita. Neste último caso, Zaidan prescreveu uma defesa destemida do Estado laico e democrático.

Referências

- ARAUJO, Valdei Lopes de. RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 17, p. 318–332, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i17.917>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- ÁVILA, Arthur Lima de. *A história no labirinto do presente*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. 202p.
- ÁVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*, n. 18, p. 35–49, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/maracanan.2018.31185>. Acesso: 23 fev. 2024.
- ÁVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 19-52.
- ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. Apresentação. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p. 7-18.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Eds.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 219-229.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Organização: Tiago Santos Almeida. Tradução: Derley Menezes Alves; Francine Iegelski. Coleção Epistemologia Histórica. São Paulo: Editora Liber Ars, 2017. 143p.
- DUARTE, Atenágoras Oliveira. Atenágoras Oliveira Duarte. *SIGAA – Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 19 jul. 2024. Disponível em: <https://sigaa.ufpe.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2472796>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. Algumas questões sobre a história conceitual de “crise”. In: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 213-228.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. 160p.

- MARUJO, José Carlos. *“Intelectual revolucionário”: memória e testemunho de Jorge Semprún em Autobiografia de Federico Sánchez (1977)*. 2019. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199969>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- NICOLAZZI, F. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanan*, n. 18, p. 18–34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/revmar.2018.31121>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa; RAMIRES, Augusto Martins; FERRAZ, Leticia Almeida. *Historiografia e Visada Ética: Hayden White e os passados práticos*. *Revista de Teoria da História [rth]*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 106–129, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/56509>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- RAMALHO, Walderez. *A Experiência do Momento Histórico: tempo-kairós, escrita de manifestos e estado de crise*. Vitória: Milfontes, 2022. 211p.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. *Outros tempos, outras histórias: kairós, manifesto, crise*. 2021. 178 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/13364>. Acesso em: 22 out. 2024.
- RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 35, p. 115–144, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i35.1733>. Acesso em: 22 out. 2024.
- RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, p. 1–22, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1980-4369e2023036>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- RANGEL, Marcelo de Mello. O giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. In: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (Eds.). *História: usos do passado, ética e negacionismos*. [s.l.] Pimenta Cultural, 2023. p. 155–164. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.98980>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- RANGEL, Marcelo de Melo. A urgência do ético : o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 27–46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/12619>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- RODRIGUES, Lidianne Soares; MUDROVCIC, Maria Inés; AVELAR, Alexandre de Sá. Rebeldia disciplinada?: Introdução à ‘História como (in)disciplina’. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 14, n. 36, p. 25–44, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1867>. Acesso em: 23 fev. 2024.
- RODRIGUES, Lidianne Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)Disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 73–118.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Presente eterno e história do tempo presente: encontros, controvérsias e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 43, p. e0103–e0103, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.5965/2175180316432024e0103>. Acesso em: 03 jan. 2025.

RÜSEN, Jörn. Rhetoric and aesthetics of history: Leopold von Ranke. *History and theory*, v. 29, n. 2, p. 190-204, 1990.

WHITE, Hayden. O passado prático. *Artcultura*, v. 20, n. 37, p. 9–19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/artc-v20-n37-2018-47235>. Acesso em: 18 mar. 2024.

White, Hayden. *The practical past*. Northwestern University Press, 2014. 158p.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A Crise da Razão Histórica*. Campinas: Papirus, 1989. 87p.

ZAIDAN, Michel. A conjuntura política, hoje, no Brasil. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 24 set. 2015a. Última atualização: 2 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-conjuntura-politica-hoje-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2024

ZAIDAN, Michel. A democracia no Brasil. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 7 set. 2022. Última atualização: 3 maio 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-democracia-no-brasil>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *A História como Paixão*. 3ª ed. Recife: Pindorama, 1993a. 88p.

ZAIDAN, Michel. Censores omissos da historiografia dos oprimidos. In: *Brasil 247*. [s. l.]: 9 nov. 2021. Última atualização: 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/censores-omissos-da-historiografia-dos-oprimidos>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Leituras em Walter Benjamin*. Recife: NEEPD-UFPE, 2016. 44p.

ZAIDAN, Michel. *Michel Zaidan (depoimento, 2014)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015b. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/michel_zaidan/TranscricaoMichelZaidan.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZAIDAN, Michel. Qual é o papel dos cientistas políticos? In: *Brasil 247*. [s. l.]: 8 out. 2014. Última atualização: 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/qual-e-o-papel-dos-cientistas-politicos>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Reflexões sobre a História*. Recife: NEEPD-UFPE, 2017. 68p.

ZAIDAN, Michel. Sobre a crise econômica e política do governo Dilma. In: **Brasil 247**. [s. l.]: 23 jul. 2015c. Última atualização: 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/sobre-a-crise-economica-e-politica-do-governo-dilma>. Acesso em: 19 jul. 2024.